

DESAFIOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA LEGAL

O tema central deste editorial nos leva a uma reflexão sobre a Amazônia Legal, considerando toda a sua biodiversidade, pluralidade e dimensão continental, berço para produção científica em todas as áreas de conhecimento, ainda pouco explorada.

Cabe dizer que a Amazônia é formada por nove países, a saber: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela; embora a maior parte territorial esteja inserida no território brasileiro. No Brasil, a Amazônia legal ocupa as totalidades dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, e parte dos Estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins, sendo estes os únicos não integrantes da Região Norte a possuírem o bioma Amazônia.

Quanto à população, ao contrário do que se pensa, a história mostra que a região nunca foi uma terra desabitada, como imaginavam os primeiros europeus que aqui chegaram no século XVI. Todavia, a densidade de mata fechada propiciou a conclusão da existência de poucos habitantes nativos na região, favorecendo a ideia de propriedade sobre uma possível “terra desabitada”. A herança mestiça adquirida pela população da amazônica é resultado da forte miscigenação ocorrida entre os séculos XVI e XIX, entre os povos autóctones, com os povos europeus colonizadores, reverberando uma herança de confronto cultural entre eles, levando a mudanças de hábitos e costumes.

Vale ressaltar que desde os tempos áureos do ciclo da borracha, visando à garantia das fronteiras, muitos brasileiros de outras regiões do Brasil vêm migrando para a região amazônica, seja por motivos políticos, seja por motivos econômicos. Com vistas ao desenvolvimento da região, a Amazônia investiu na agricultura, na pecuária, nos produtos extrativistas, na industrialização e na força de sua cultura para atrair o turismo, por conseguinte, gerou a necessidade de melhorar o acesso de bens e serviços essenciais à sua população. Mesmo nos tempos atuais, a Amazônia continua sendo a única área habitável do planeta ainda em processo de ocupação.

Ao longo dos anos, novos modelos de geração de renda e ocupação econômica foram se desenhando na região, e, com isso, os problemas de ordem social foram se agravando, necessitando de uma intervenção sustentável, por parte de autoridades locais, a partir de soluções baseadas em pesquisas científicas.

Por possuir o maior bioma do mundo e rico em diversidade, tem atraído pesquisadores brasileiros e de várias partes do mundo, interessados na biodiversidade amazônica,

comprovada pela vasta literatura publicada, onde foram utilizadas amostras coletadas em território amazônico, sem a participação de pesquisadores da região.

Há que considerar que pesquisadores dos estados que compõem a região amazônica têm se empenhado na identificação de modelos de desenvolvimento que se mostrem eficazes na resolução dos problemas enfrentados por seus habitantes, porém esses modelos ainda não apresentaram soluções concretas capazes de erradicar a pobreza e garantir o acesso da sua população aos bens e serviços, similares aos oferecidos nas regiões mais desenvolvidas do país.

Apesar de a Amazônia ser o berço de pesquisa do mundo, é notória a disparidade de investimento em pesquisa entre as regiões do país, hoje concentrada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) demonstram que essas regiões detêm a maior concentração de doutores, onde também se concentram os centros de pesquisas renomados, detendo a maior parte dos fomentos de pesquisas. A região Norte é a menos favorecida, com o menor número de pesquisadores, bem como a menor concentração de centros de pesquisas, e a mais carente de investimentos, concentrados na sua maioria em universidades públicas. Paradoxalmente, o mais rico banco genético, que abriga inúmeras civilizações indígenas, adicionado ao conhecimento científico acadêmico nas mais variadas áreas de pesquisas, é um fator primordial para o desenvolvimento e fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação na Amazônia, que ainda estão muito aquém das necessidades de desenvolvimento da região.

A importância da educação, da produção e difusão de ciência e tecnologia nos estados da Amazônia é tão evidente quanto o reconhecimento da importância da região para o país e para o mundo. É de suma importância que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento científico e em inovação tecnológica alcançados pelos estados mais desenvolvidos do Brasil cheguem também aos estados da região, transformando-se em ferramenta que garanta o desenvolvimento com maior justiça social.

Há tempos, autoridades governamentais e não governamentais, públicas e privadas, vêm debatendo sobre os desafios da pesquisa na Amazônia, porém os problemas de outrora ainda persistem. No encontro *on-line* de reitores e pró-reitores de Instituições de Ensino Superior (IES) da Região da Amazônia Legal, realizada em 2020, relatou-se a necessidade de superação das assimetrias regionais no desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, sendo este um dos maiores desafios apontados por esse foro em 2011, que ainda persiste nos dias atuais. Mesmo com os avanços alcançados nos últimos

anos com a criação de novas universidades e a abertura de novos Programas de Pós-graduação, a região ficou à margem das políticas desenvolvidas nos campos da pesquisa e pós-graduação em diversos momentos. Destacam-se ainda, as parcerias interinstitucionais em forma de Doutorado Interinstitucional (DINTER), para o processo formativo de doutores nas IES da região, que foram insuficientes para alterar os indicadores relativos A doutores da região Norte, demonstrando a carência de recursos humanos para a pesquisa científica e tecnológica na Amazônia.

Os desafios da pesquisa na região amazônica são incontáveis. Além dos problemas estruturais já relatados, cita-se a necessidade do fortalecimento dos investimentos em pesquisa, ciência e tecnologias na região; a fixação de capital intelectual na Amazônia; implementação de ações efetivas para transformar conhecimento em iniciativas práticas; a criação de processos para a utilização dessas tecnologias; a implantação de novos programas de Pós graduação na Amazônia; o fortalecimento dos programas já existentes; bem como a criação de condições para o desenvolvimento dos estados da região amazônica a partir do uso sustentado de sua biodiversidade.

Por fim, para superar os desafios da produção científica de modo sustentável na Amazônia Legal, é necessário suplantando as disparidades regionais, fortalecer uma base científica que considere todas as condições da região, inclusive sociais e culturais, para a criação e o estabelecimento de políticas públicas em prol da melhoria da qualidade de vida de suas populações.

Mediã Barbosa Figueiredo

Bacharel em Enfermagem pela Universidade Federal do Acre (UFAC).

Mestre em Medicina e Saúde – Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia (FMB/UFBA).

Doutora em Biologia de Agentes Infeciosos e Parasitários – Universidade Federal do Pará (UFPA).